



A IGREJA, O EVANGELHO E A POLITICA – RELACIONAMENTO PARTICIPATIVO E DEFINITIVO.

BONINO, José Míguez. **Poder del evangelio y poder político**. Buenos Aires: Kairos Ediciones, 1999.

Conhecer quem escreve e suas motivações faz toda a diferença, principalmente quando o tema toca em questões éticas, políticas e evangélicas. Faz-se necessário saber a procedência e o grau de participação que se tem no assunto abordado. Entender *Poder Del Evangelio Y Poder Político* é entrar na própria vida do autor e saborear seu caráter justo fruto de um comprometimento profético e árduo, de luta pela dignidade da vida, da plenitude do Reino de Deus na vida de cada pessoa.

O professor José Míguez Bonino, pastor metodista, autor do livro, possui uma sólida produção intelectual e teológica realizando seu testemunho evangélico autêntico em tempos duros como foram às décadas das ditaduras militares, que governaram com mão de ferro muitos dos países latino-americanos durante mais de três décadas.

Bonino, 81 anos, foi decano e reitor da Faculdade Evangélica de Teologia de Buenos Aires, hoje Instituto Universitário ISEDET, professor do Union Theological Seminary, de Nova Iorque, professor da Universidade Bíblica Latino-Americana, da Costa Rica, e da Faculdade Protestante da Universidade de Estrasburgo, além de outras. Pastoreou e supervisionou várias congregações Metodistas na Argentina. O teólogo argentino foi um dos fundadores, em 1961, pelo movimento Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), co-presidente e membro da Comissão Fé e Constituição do Conselho Mundial de Igrejas.

Ele foi o único observador protestante da América Latina no Concílio Vaticano II. Fundou e foi co-presidente da Assembléia Permanente dos Direitos Humanos da Argentina. Sua atuação nesse campo durante a ditadura Argentina, nos anos 70 do século passado, mereceu o reconhecimento internacional e ele foi convidado a integrar o Jurado Honorário do Conselho de Nuremberg para os Direitos Humanos, na Alemanha.

Com a reintrodução da democracia na Argentina, Bonino não fugiu da responsabilidade política e foi eleito membro da Assembléia Nacional Constituinte, em 1994.

Autores de vários livros, entre eles se destacam: “Fé em busca de eficácia”, “Rostos do protestantismo latino-americano”, “Espaço para os homens”, “Fazendo teologia numa situação revolucionária”.

O livro investigado tem haver com sua história, isso é claro.

Ele é conhecido como um dos iniciadores da teologia da libertação de confissão evangélica. Comprometido com uma ética política centrada nos pobres, reflete nas 72

páginas que a igreja latino-americana deve prestar mais atenção quanto ao seu papel no mundo como parte de sua missão. Pouco satisfeito com a teologia acadêmica européia, com muito labor ideológico busca na interpretação um caminho prático através de uma hermenêutica que supere o individualismo e mergulhe numa comunidade interpretativa e cooperativa.

Seu pensamento é que se faz positivo a participação do evangélico na política. Esse é um cidadão responsável para com o seu país em todos os níveis. Ele deve ter não só ingerência no campo religioso, mas também no âmbito social, econômico e político.

Não é adepto a uma frente evangélica porque não acredita que esse seja o melhor caminho de relacionamento pró-ativo da igreja e a política. Como base para essa certeza diz que em qualquer lugar do mundo, a criação de frentes políticas confessionais não obteve sucesso porque provoca uma confusão entre o que é o evangelho e o que é a política. Ambas as coisas são muito importantes e devem ter a própria identidade: não se deve unir muito para separar em excesso. A experiência da América Central e do Peru é uma amostra clara. Por isso o autor durante seu pastorado não participou da política profissionalmente e quando assumiu a fazer parte da Assembléia Constituinte de 1994, aceitou por não ter que se afiliar a nenhum partido e por poder realizar seu trabalho, como deve ser realizado pela igreja de Cristo, com liberdade e igualdade religiosa.

O livro se divide em quatro capítulos apresentados em forma de ensaio.

O primeiro *La participación política de los evangélicos em América Latina* reflete a atual realidade da igreja em questões de militância política na América Latina conscientizando a mesma a participação como sua própria missão evangelizadora. Demonstra as tentações que a igreja pode ter diante da política, tais como: utilizar o poder político para desejos da igreja; achar que por ser igreja seus candidatos políticos serão perfeitos não havendo mais corrupção nessa área, e que basta ser honesto e amar as pessoas para ser um bom político. Apresenta alguns modelos de relacionamento entre a igreja e a política fazendo para isso uma linha do tempo. Mostra o relacionamento do tempo dos Reinos, a Comunidade de Fé como modelo social, os Princípios Cristãos, para propor uma discussão desses na América Latina buscando compreender as razões e os novos caminhos que a igreja deve seguir.

O segundo capítulo *El Poder y El Evangelio* discute a questão do poder para chegar a conclusão de que a igreja evangélica deve entender *poder* somente aliado ao serviço e nada mais do que isso. Essa é uma contribuição fundamental a política que os que professam a fé em Cristo Jesus podem outorgar a sociedade. É interessante que a partir do conceito de justiça Bonino define as obrigações do Estado que é assegurar, estimular, implementar, recuperar, manter, incrementar para as pessoas a justiça, a paz, solidariedade através dos vários níveis de ação e que o papel da igreja é de se ter uma pastoral formativa em que no campo político gere vocações políticas e possa nutrir uma ética baseada na justiça, equidade, misericórdia, liberdade e paz.

O terceiro capítulo versa sobre a *Justiça* e a *Lei* e o propósito do autor é levar o leitor a pensar como que na prática a justiça se faz ordenando leis para a sociedade. A partir da sua própria experiência na questão dos Direitos Humanos quando trabalhou com vários segmentos, culturas e leis, chega à conclusão que as leis para serem feitas e colocadas em práticas, como expressão pura de uma justiça bíblica, devem ser feitas por um grupo interdisciplinar de pessoas que se perguntam e perguntam aos diferentes pares como

elas respondem as situações multifacetadas da sociedade, como são legitimadas e por que se pode defendê-la. A fé faz o papel inspirador e de internalização dos valores mais sublimes da vida; critica a demanda da justiça e é a advogada dos que são injustiçados denunciando e lutando pelo bem maior – a vida.

Direitos a vida, Direito Humanos, último capítulo faz uma busca bíblica mapeando textos que dizem respeito aos direitos da vida em sua maior plenitude, assinalando a Pessoa de Deus, do Filho e do Espírito Santo como responsáveis em garantir e em ordenar a luta pela vida, por sua preservação e proteção. Sendo assim, deve-se garantir o direito humano - o fato de se ter liberdade para crer, liberdade religiosa; o direito de cidadania e o direito dos pobres. Sendo esse último à luta por uma sociedade mais justa e que não esteja entregue nas mãos de uma burguesia que desconhece esses direitos.

Ao final da leitura do livro chega-se a conclusão de que realmente pouco se tem feito, pelo menos na visão apresentada pelo autor, para aprimorar o relacionamento igreja-fé-política, mas que se tem que perseguir o ideal proposto pela Palavra de Deus tão bem apresentado por Bonino.

Os capítulos estão bem apresentados sendo o de número dois o coração de todo o ensaio. Há uma ordem progressiva de idéias colocadas de forma leve e inspirativa pelo autor a cada capítulo. Ressalva para o capítulo 4 onde esse poderia trabalhar melhor sua hermenêutica diferenciada nos textos bíblicos mesmo se tendo um ensaio com se propôs a fazer.

Sem dúvida é uma leitura indispensável para a comunidade de Deus, principalmente para os líderes e pastores dessa. Contribui para o trabalho eclesial abrindo a mente dos líderes para uma participação ativa, mas diferenciada, de sua comunidade na política. Pouca literatura há, pelo menos no Brasil nessa linha de relacionamento apresentada pelo autor.

Por ser um ensaio faltaram pontos de reflexão importantes para uma conclusão mais apurada e formulação de possíveis frentes de ação, por exemplo: A questão da cultura dos países e a forma de ação da igreja na política. Não é porque não deu certo em alguns países um tipo de modelo participativo que em outro não dará. O resenhista acreditada que não há ainda tantos modelos na América Latina para ser ortodoxo e taxativo na afirmação de que não dá certo; Alguns exemplos positivos em diferentes países que não seja do autor seria bom e deveria ser acrescentados numa próxima edição do livro, caso haja; Na questão da justiça e a formulação de leis faltou um aprofundamento em torno de modelos que usam armas para a conquista de uma sociedade justa e igualitária; Na cooperação da igreja e da fé poderia se ter ampliado a ação aos órgãos que existem da própria igreja como, por exemplo, seminários e etc, buscando um papel também de formação de liderança profissional e de material didático, de leitura nesse campo formativo.

A verdade é que se tem muito que refletir ainda e de que Deus conduz a história sendo cada um de nós seu agente na transformação das estruturas pecaminosas em organismo vivo cheio de graça. Bonino tem razão em lutar, em sonhar, em viver por uma igreja que participa ativamente e definitivamente na sociedade.